

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

Programa de Formação de Conselheiros Nacionais

Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

NÁDIA HELENA OLIVEIRA ALMEIDA

**Patrimônio cultural e as novas territorialidades:
juventude e desenvolvimento local sustentável na
práxis do Ecomuseu de Maranguape**

Maranguape - Ceará

2010

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

NÁDIA HELENA OLIVEIRA ALMEIDA

**Patrimônio cultural e as novas territorialidades:
juventude e desenvolvimento local sustentável na
práxis do Ecomuseu de Maranguape**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial para aprovação no
Curso de Especialização
em Democracia Participativa, República e
Movimentos Sociais.

Orientadora:
Luzia Costa Becker

Maranguape - Ceará
2010

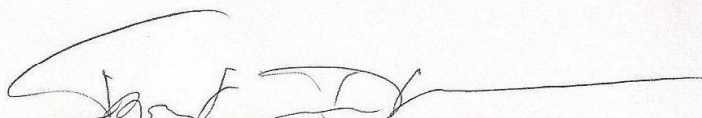


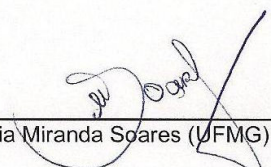
Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edist@fafich.ufmg.br
TEL (31) 3499-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2010 (dois mil e dez), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Brasília/DF reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada ***“Patrimônio Cultural e as novas territorialidades: Juventude e desenvolvimento local sustentável na práxis do Ecomuseu de Maranguape”***, elaborada por ***Nádia Helena Oliveira Almeida***. A Comissão, composta por Igor Ferraz da Fonseca (IPEA) e Márcia Miranda Soares (UFMG), após apresentação da monografia, deliberou pela aprovação condicionada da referida monografia, que deve ser reformulada até o dia 30 de junho de 2010, quando deverá ser apresentada nova versão ao orientador. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Brasília, 29 de abril de 2010.


Igor Ferraz da Fonseca (IPEA)


Márcia Miranda Soares (UFMG)

Monografia de Pós-graduação sob o título de “Patrimônio Cultural e as novas territorialidades: Juventude e desenvolvimento local sustentável na práxis do Ecomuseu de Maranguape”, defendida por Nádia Helena Oliveira Almeida e aprovada no dia ____ de abril de 2010, Brasília, DF, pela banca examinadora:

Dra. Luzia Costa Becker – IUPERJ

Orientadora

Agradecimentos

Sou grata a Deus pelos caminhos e caminhadas de aprendizado presentes e futuros.

À minha família, em especial, aos meus pais Rita e Ilgo (*in memoriam*) pelos seus ensinamentos e pelo compromisso com a transformação social.

Aos meus filhos Jade e Raju e ao companheiro Jorge Abrunhosa pela compreensão dos momentos de estudos.

Aos amigos de jornada espiritual, amigos de trabalho e amigos de movimentos sociais pela generosidade e compartilhamento de sonhos e projetos - nas pessoas da irmandade do Pré-Núcleo Estrela Brilhante do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal.

Sou grata à minha orientadora Luzia Costa Becker, à museóloga Odalice Priosti, à líder comunitária de distrito de Cachoeira, Graça Farias Timbó, e a todos que compõem o projeto social Ecomuseu de Maranguape.

Resumo

Esta monografia é um estudo sobre a relação entre patrimônio cultural e território na construção do desenvolvimento local sustentável, considerando a participação institucionalizada da juventude e as experiências oriundas da práxis do projeto social Ecomuseu de Maranguape, através de seu programa de formação de Agentes Jovens do Patrimônio Cultural - aliando os conhecimentos das áreas da Geografia e da Nova Museologia. Parte-se da hipótese de que os processos de mudança do paradigma desenvolvimentista atual, gerador de desigualdades múltiplas, para o desenvolvimento sustentável, requer um aporte cultural integrado à dinâmica social do cotidiano no nível local, por meio da ampliação dos espaços de participação institucionalizada. A pesquisa realizada revela que a participação é um dos aspectos mais importantes do processo, mas não suficiente para gerar a mudança de paradigma substantivamente. Além da inclusão levada a cabo pelos canais institucionais de participação, é preciso haver capacitação dos atores sociais – mais destacadamente da Juventude – neste processo de mudança. Através da observação participante, da pesquisa quantitativa com aplicação de questionário e da análise do caso do projeto social Ecomuseu de Maranguape, localizado na comunidade do distrito rural de Cachoeira, município de Maranguape, estado do Ceará, compreende-se como se estão estabelecendo as novas territorialidades e como estas se constituem em meios de conquista de uma cidadania ativa e de uma melhor qualidade de vida para a população.

Palavras-chave: Território, Patrimônio Cultural, Museologia Comunitária, Desenvolvimento Local Sustentável, Juventude, Cidadania.

SUMÁRIO

Introdução.....	08
1. Território e Desenvolvimento Sustentável.....	10
1.2. Desenvolvimento Local, Cultura e Participação Social.....	13
1.3. Patrimônio Cultural, Participação Social e a Nova Museologia.....	17
1.4. Museologia, desenvolvimento local e juventude: um problema de investigação.....	19
1.4.1. A unimultiplicidade da juventude brasileira.....	23
1.4.2. A condição juvenil no município de Maranguape e no distrito de Cachoeira.....	24
1.4.3. Do protagonismo como estratégia metodológica ao protagonismo cultural: multiplicando conhecimentos no museu.....	27
2.0. O distrito de Cachoeira e o projeto Ecomuseu de Maranguape: um histórico.....	28
2.1. Museu e inclusão social: ideias e projetos.....	32
3.0. Educação cidadã: o papel do Ecomuseu na formação de jovens.....	33
3.1. O programa de formação Agente Jovem do Patrimônio Cultural: a universalização da cidadania local.....	38
3.2. Protagonismo jovem e participação política: um lugar no Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.....	39
3.3. Projeto de formação de agentes jovens do patrimônio cultural: uma avaliação dos resultados do 1º ano do Ponto de Cultura.....	40
Conclusão.....	48
Bibliografia.....	50

Introdução

O objetivo desta monografia é fazer uma análise da participação social institucionalizada da juventude no âmbito da cultura e como esta institucionalização vem contribuindo para a valorização do Patrimônio cultural por parte deste segmento da sociedade, bem como para a eficácia dos projetos e ações, oriundos da nova museologia comunitária no Brasil, com vistas ao desenvolvimento local sustentável, tendo como estudo de caso o projeto social Ecomuseu de Maranguape, localizado na comunidade rural de Cachoeira, município de Maranguape, no Estado do Ceará.

A hipótese central é que a efetivação do processo de mudança do paradigma desenvolvimentista dos padrões atuais, gerador de desigualdades múltiplas, para o desenvolvimento sustentável almejado, requer um aporte cultural integrado à dinâmica sociocultural, em específico, no nível local. A ampliação dos espaços de participação institucionalizada, de promoção da cidadania, por meio da inclusão sociopolítica é um passo importante, mas não suficiente para gerar a mudança de paradigma substantivamente. Além da inclusão levada a cabo pelos canais institucionais de participação, é preciso haver capacitação dos atores sociais no processo de mudança.

Para uma averiguação de tal hipótese, investiga-se qual é a contribuição que a participação institucionalizada dos jovens da comunidade rural de Cachoeira, promove no âmbito cultural, considerando os projetos sociais, oriundos da Nova Museologia Comunitária, na construção e no fortalecimento do desenvolvimento local sustentável.

Tendo como princípio norteador o fato de que uma instituição museológica é antes de mais nada uma instituição cultural situada em um determinado território que, por sua vez, contém e expressa a complexidade das relações humanas estabelecidas no nível local, o museu apresenta-se como tendo um papel importante nas dimensões cultural, social e econômica do desenvolvimento do território no qual está inserido. Este desenvolvimento, para ser sustentável, deve prioritariamente promover inclusão, ampliação e qualificação da participação social.

A relação entre patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável ganha, a cada momento, novos elementos, que, por sua vez, estabelecem novas dinâmicas, gerando assim novas demandas teóricas que possam acompanhar tal complexidade. Nestes

termos, no primeiro capítulo, propomos uma revisão bibliográfica buscando selecionar os marcos teóricos e conceituais para uma melhor compreensão da problemática a ser investigada nessa monografia. Mais do que isso, proponho uma discussão teórica, procurando analisar a relação entre território e patrimônio cultural, juventude e cidadania e como estes aspectos podem definir o desenvolvimento local sustentável.

No segundo capítulo, discorro sobre o processo de criação do projeto social do Ecomuseu de Maranguape, trato da condição da juventude do município e do distrito de Cachoeira para apresentar um panorama com indicadores sociais a serem contemplados nos programas de governos e da sociedade civil.

No terceiro capítulo, apresento os resultados da pesquisa quantitativa com aplicação de questionário com os 30 (trinta) participantes do projeto em estudo, visando compreender em que medida participar de um projeto desta natureza – Educação Patrimonial na perspectiva da Ecomuseologia – considerada aqui como a produção direta de conhecimento e estratégias de desenvolvimento local a partir do conhecer para conservar e comunicar o patrimônio cultural de um determinado território.

E ainda, como a Educação Patrimonial pode contribuir na formação cidadã da juventude e no fortalecimento da organização comunitária para a melhoria da qualidade de vida da população local, através de ações para o desenvolvimento sustentável.

Nas considerações finais, faço algumas ponderações a respeito das articulações que comprovam a importância de se desenvolver e incluir a juventude em espaços de participação social como forma de garantir o êxito das atuais e futuras políticas públicas, consolidando assim, cada vez mais, a democracia participativa no país e a possibilidade do desenvolvimento local sustentável.

1. Território e Desenvolvimento Sustentável

Na concepção do geógrafo Milton Santos (1994), *“o território é o dado essencial da condição da vida cotidiana e seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da vida individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro”*. Sob esta perspectiva, o território, como uma categoria de análise espaço-temporal – e mesmo quando ainda denotava apenas a base física sobre a qual uma nação produz suas condições objetivas de vida – expressa a complexidade das relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais das sociedades em/com um determinado espaço.

Na França do século XIX Elisee Reclus, conhecido como idealizador da **geografia emancipatória** resumia na seguinte frase a relação interdisciplinar entre os processos históricos e geográficos, ou melhor, entre território e cultura: *“A Geografia é a História do espaço, e a História é a Geografia do tempo”*. De 1830, data aproximada que esta frase de Reclus foi pensada até os dias atuais, a evolução do conceito de território sempre esteve associada ao espaço que nos permite ler e interpretar a história das sociedades através da modificação do mesmo, ou seja, da cultura nele registrada.

Para CLAVAL (1999), os geógrafos da década de 1960 atribuíam tudo ao espaço. Hoje, falam de território, pois esta categoria reflete as profundas mudanças ocorridas no mundo. *“A partir de agora é aos lugares e àquilo que os diferenciam que muitos se referem para dizer o que eles são e em que se distinguem uns dos outros.”*

Tais distinções e diferenciações que o território pode expressar – para além do debate teórico-conceitual – nos revelam ainda a face excludente das desigualdades geradas por uma modernidade inconclusa (SANTOS, 1994; MARTINS, 2000) e por um modelo perverso e desumano de crescimento econômico, baseado no modo de produção capitalista, em um projeto de coisificação do homem.

Assim, pode-se dizer que a categoria de análise território evidencia e denuncia mais apropriadamente a relação sociedade e espaço/natureza em curso em um determinado espaço-tempo, aliando-se com as dinâmicas societárias na percepção das co-relações de força e de interesses que movem a produção deste mesmo espaço.

Sob esta perspectiva, a relação *território e desenvolvimento*, em certo sentido, sempre adquire um caráter de indissociável, pois, como já vimos, o território expressa-se pela impressão das forças que conduzem a dinâmica social, os contornos do modo de produção das condições (desiguais) da vida e, portanto, do próprio tipo de desenvolvimento – hierarquias e desigualdades.

Historicamente, sabe-se que este padrão de desenvolvimento hoje vigente – tem sua origem advinda do processo de industrialização eurocêntrica iniciada no século XVIII – baseada numa racionalidade “reducionista”, no domínio da natureza e no crescimento econômico como único e infalível indicador de desenvolvimento. A mudança neste padrão exigiria uma mudança de racionalidade a qual, somente dois séculos mais tarde, foi possível o pensar e o agir emancipatoriamente na proposição de alternativas a ele.

As críticas científicas, políticas e societárias a este modelo insustentável de desenvolvimento só vai chegar ao grande público no período historicamente conhecido como movimento da contracultura, ou seja, a partir da década de 1960, com o advento das novas mídias e novas tecnologias da informação e comunicação no incremento dos fluxos de conhecimento e informação em escala global.

Os trabalhos científicos, juntamente com as ações intergovernamentais, através das grandes conferências internacionais, encontravam nos fóruns o lugar mais apropriado para o debate e a divulgação de resultados de pesquisas que assinalavam a urgência dos governos em alterarem suas políticas, interesses e ideologias econômicas imediatistas, base do modelo de estratégias desenvolvimentistas que considerava os recursos naturais infinitos, para um modelo que viesse assegurar as condições de vida das presentes e futuras gerações, prenúncio do conceito de Desenvolvimento sustentável.

Como referência histórica do conceito do Desenvolvimento Sustentável, podemos considerar que primeiramente a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo, proclama a defesa e a melhoria do meio ambiente para as gerações presentes e futuras (UNESCO, 1998) e o relatório Brundtland (WCED, 1987), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, advoga ser necessário e possível compatibilizar o desenvolvimento econômico com a diminuição continuada das desigualdades sociais e a preservação dos recursos e equilíbrios naturais (BECKER, 2009).

Na esteira da histórica, nos anos de 1990, a geopolítica mundial se depara com as bases e princípios do desenvolvimento sustentável dispostas nas diretrizes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente – a Rio-92. Sobre este assunto temos que:

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, a chamada “Rio-92”, um conjunto de diretrizes preconizadas como conducentes ao desenvolvimento sustentável foi apresentado no documento resultante do evento, conhecido como **Agenda 21**. Conforme aponta Becker (2009), a abordagem sobre o tema do desenvolvimento sustentável — fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos — não se alterou substancialmente nos treze anos que separaram a conferência de Estocolmo, em 1972 da do Rio de Janeiro, em 1992.

Para Sachs (2002 apud Becker: 2009), as dimensões da sustentabilidade, quais sejam, a social, a espacial, a econômica, a ecológica e a cultural, reafirmando a importância espacial que cada vez mais o entendimento do território assume na elaboração e implementação de políticas de Estado ou no ativismo social com vistas ao desenvolvimento, seja no nível local, regional ou nacional, um papel central para o êxito destas ações.

O Brasil é uma das nações que detém um dos mais elevados índices de desigualdades socioespaciais. Explicações históricas não faltarão para justificar tal padrão de segregação socioespacial vigente. A condição de país subdesenvolvido na divisão territorial global trouxe grandes atrasos e descompasso cultural que, somente nas duas últimas décadas, vem sendo gradativamente superados, não através da negação do passado, mas sim através da sua resignificação. Esse passado, captado e traduzido no conhecimento dos diferentes territórios contidos dentro do território nacional, revela diferentes brasis que pela atividade cultural alia-se a programas, projetos e políticas de desenvolvimento local sustentável em diferentes escalas territoriais.

A escala deste desenvolvimento de base sustentável, começando no nível local, deve ter em vista que a parcela do território (cidade ou campo) está integrada em um todo maior, isto é, regional e nacional e em condições desiguais num processo de globalização excludente e homogeneizante, que gera oportunidades e ameaças, recebe influências e pressões tanto negativas quanto positivas (Buarque e Bezerra, 1994). Sob esta

perspectiva, pode-se argumentar que a escala territorial em nível local é a mais indicada para abrigar experiências, ações e investimentos que potencialize seu desenvolvimento. A facilidade de mobilização permitida faz com que tais espaços sejam propensos – na contemporaneidade globalizada – a serem “*lugares revolucionários*”.

1.2. Desenvolvimento Local, Cultura e Participação Social

Por desenvolvimento local entende-se um processo situado em um território em que as relações sociais estejam espacializadas em pequenas unidades, lugares em que a mobilização social se processa com mais facilidade – local referente a município, comunidade, povoado – e, por isso, expressando um tipo de desenvolvimento endógeno.

Como já visto anteriormente, o nível local é o espaço privilegiado para o desenvolvimento sustentável endógeno, onde a capacidade de mobilização social é potencializada e onde, portanto, as ações de mudança e conquista da melhoria da qualidade de vida tem maiores condições de êxito frente ao contexto de globalização. Segundo Buarque (1999 apud Ianini: 1996) “a globalização opera num universo de diversidades, desigualdades, tensões e antagonismos, simultaneamente às articulações globais. Ela integra, subsume e recria singularidades”.

Assim, é no processo de transformação endógena dos territórios que a cultura exerce sua função sociopolítica, qual seja, a de ampliar e sustentar os espaços de formação de cidadania, de inclusão e de participação social. O conceito de cultura é ao mesmo tempo causa e efeito, criador e criatura, da relação sociedade com o espaço, assumindo um caráter dinâmico e múltiplo, local e universal, individual e coletivo. Nas palavras de Claval (1999, p. 61),

“ela [a cultura] institui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolvem os grupos, as identidades coletivas que daí resultam, limitam as marcas exteriores e explicam como diferentes sistemas de valor podem coexistir num mesmo espaço”.

Esse conjunto de coisas e eventos se consolidam em um patrimônio cultural, marcas identitárias individuais e coletivas, manifestas, segundo a UNESCO, nas seguintes

tipologias culturais: patrimônio material, imaterial e natural. Marcas que descrevem em um determinado espaço, a produção objetiva e simbólica do modo de vida dos agrupamentos humanos.

Como visto anteriormente, o desenvolvimento sustentável, independente de sua escala de construção – ainda que esta seja mais visível no nível local – tem, na cultura, seu principal alicerce, pois é nela que se tem gestada as primeiras formas e ensaios de participação dos seres humanos na vida coletiva e social, como também os primeiros mecanismos de compreensão do pertencimento destes referidos agrupamentos.

No Brasil contemporâneo, observa-se que os valores da democracia estão cada vez mais sendo inseridos nos diferentes contextos de atuação social, cultural, econômica e ambiental. Tal conquista é resultante de um processo de afirmação e criação de novos direitos, a partir da Constituição de 1988, cujos antecedentes históricos de ampliação dos espaços e da capacidade de participação societária e associativista advém do surgimento de novos atores sociais na arena pública brasileira.

Por outro lado, o cenário global atual ao mesmo tempo que nos apresenta a crise do capitalismo financeiro, também oportuniza repensar o paradigma de desenvolvimento, a possibilidade de superação das assimetrias de um estado autoritário e das desigualdades sociais aprofundadas no bojo da ideologia neoliberal.

A lógica do desenvolvimento, pautado exclusivamente na livre concorrência, na figura do mercado como “senhor” supremo da regulação comercial, tem suas bases corroídas pelos novos valores éticos, pela emergência crescente de uma cultura cívica, sobretudo, nos países integrantes da 3ª onda de democratização ocorrida no mundo.

Sob esta perspectiva analítica, o Brasil surge no contexto da economia global como uma democracia que vem se firmando através da participação seja através das novas e inovadoras formas de participação institucionalizadas ou não, isto é, através da ampliação e inserção de novos atores sociais no campo discursivo.

A partir destes pressupostos, podemos também identificar algumas relações entre participação e desenvolvimento, considerando a soberania popular na visão republicana, que retoma o sentido do bem público na mediação da democracia e, segundo Juarez

Guimarães, na correção dos riscos da tirania e da superficialidade de rumos que a democracia ainda está sujeita a tomar.

Considerando a escala do território, a diversidade cultural, os padrões perversos de desigualdades regionais e a heterogeneidade social, como o Brasil pode construir um modelo de desenvolvimento que atenda estas especificidades e que seja compatível com um contexto de uma ordem globalizada? Acredito que esta pergunta, em alguma medida, pode começar a ser respondida pela análise dos processos de participação que estão sendo desencadeados localmente, ou seja, identificando a construção de mosaicos de novas territorialidades de participação – uma “rede participativa” – com um viés de simultaneidade com o global. Trata-se da confirmação da máxima do movimento ambientalista (atualizado), qual seja, “pensar e agir local e globalmente”.

Mais uma vez é o geógrafo Milton Santos que nos leva a considerar essas novas territorialidades e as outras categorias de análise do espaço na construção de equidades, como fundamento de um novo modelo de desenvolvimento. O olhar do lugar, enquanto espaço que inclui também as nossas subjetividades, ganha peso na discussão, visto que os referenciais e valores de uma sociedade moderna e pós-moderna cada vez mais afirmam atitudes de alteridade nos padrões de relações humanas, sociais e estas como o meio ambiente. Sob esta perspectiva, o argumento de Juarez Guimarães (2003) no artigo intitulado “As Culturas Brasileiras de participação democrática” sobre a atual condição de democratização institucionalizada do país. Afirma ele que:

“Seria incorreto falar, desse ponto de vista, de uma ordem jurídica fechada, cristalizada, marcada por um conservadorismo. Se a segunda metade dos anos 80 foi profundamente galvanizada pela experiência constituinte, os anos 90 foram seguidos de um reformismo constitucional, em geral direcionados por uma pauta neoliberal. A experiência democrática do governo Lula dá-se, assim, em meio a uma ordem institucional em movimento, híbrida, aberta a renovação. É nesse contexto que cabe falar da presença central e da importância decisiva de um liberalismo ético, de vertente social e receptivo à defesa dos direitos do cidadão. Essa tradição sempre foi expressiva na vida cultural brasileira, mas marginal na ordem política. Ela atingiu um ponto de fixação na alta cultura brasileira por meio da obra de Raymundo Faoro, que estruturou uma narrativa de nossas origens, identidades e destinos vocacionado para a crítica de

todo projeto de modernização, assentado em um Estado avesso a democracia e a separação das esferas do público e do privado”.

Esta cultura híbrida – resultado das rugosidades e das marcas de inércia dinâmica que definem o território brasileiro e, ainda, a civilização brasileira¹ – define uma rica rede social, a qual poderá vir a ser o diferencial na consolidação da democracia e, por conseguinte, dos parâmetros de desenvolvimento de um Estado que passa a formular políticas públicas cada vez mais voltadas para a superação das desigualdades sociais.

As rugosidades locais como os processos culturais de construção local da democracia participativa podem compor, como argumentado anteriormente, um mosaico participativo, em que as experiências locais tenham sua força também de representatividade reconhecida no sistema político nacional. Portanto, um desenvolvimento local sustentável – dimensionado no social, ambiental, econômico e político – tem, na participação societária, seus fundamentos. É a participação societária que encontra também, na dimensão da cultura, enquanto um processo socioeducativo, as condições de seu desenvolvimento.

Este lugar de centralidade e de mediação que a cultura ocupa na relação entre democracia, representatividade e participação, credencia a categoria patrimônio cultural a se inserir cada vez mais nas agendas e pautas oficiais do estado e da sociedade, fomentando assim, a ampliação dos espaços de participação e de inclusão de novos atores – sobretudo, os historicamente excluídos dos processos de cidadania e direitos, que vivenciam a *subcidadania* e são considerados classes subalternas ou populares.

A ampliação das formas de participação também poderá colaborar nos processos de formação de uma cultura cívica com a inclusão de novos atores e a formação, segundo Habermas (apud Avritzer: 2000), de novas linguagens, enquanto formas de argumentação próprias do mundo social, flexibilizando e mediando a relação entre participação e representação.

1 As rugosidades e as marcas de inércia dinâmica definem cada território. A rugosidade diz respeito às marcas deixadas no espaço pelo tempo passado que registram a sobrevivência da “passagem dos modos de produção ou de seus momentos”. A inércia dinâmica se refere à constante reprodução de formas sociais duráveis ao longo de todo o tempo, ou seja, o passado influencia o presente que, por sua vez, influencia o futuro. (SANTOS; SILVEIRA, 2005 apud Becker: 2009, p.56).

As novas formas de participação, bem como a sua ampliação, podem promover a superação de paradigmas do elitismo democrático, onde a complexidade das formas de administrar pedem do modelo representativo, respostas legítimas e legitimadoras das ações demandadas dos processos decisórios e da articulação dos diferentes níveis de soberania. Segundo Avritzer (2000, p. 45):

“Esses arranjos necessariamente precisam ocorrer, como bem apontam Habermas e Bohman, fora do campo do estado, em um espaço cedido capaz de dar aos processos argumentativos a flexibilidade que eles requerem”.

Estas novas formas de participação compreendem o *“conhecer o patrimônio cultural local e global”*, o que significa, conforme argumentado por Avritzer, formar novos espaços de flexibilização – *os novos arranjos* – como uma das prioridades nas diferentes políticas públicas, sobretudo na política de Educação nos níveis formais e não-formais, no sentido da conquista de uma maior equidade no jogo de força política, econômica, social e ambiental, devido à visibilidade e valorização da cultura em seu sentido mais geral e inclusivo – não elitista – ligado à cultura popular.

1.3. Patrimônio Cultural, Participação Social e a Nova Museologia.

Ao longo da formação social e natural dos lugares – desde a pré-história até os dias atuais – homens e mulheres, através do patrimônio cultural e natural, veem constituindo importantes territórios simbólicos e culturais. Através destes territórios de sentidos podemos mapear a trajetória de relações das sociedades entre si e com o meio ambiente.

Os mapas socioespaciais que a interface entre Território e Museologia gera são importantes e, de certa forma, configuram-se em novos conhecimentos que podem vir a contribuir com o estudo aqui empreendido se identificada a construção de uma cultura de sustentabilidade – na perspectiva do desenvolvimento sustentável – nos arranjos participativos da sociedade ao elaborar e implementar políticas públicas mais eficientes na garantia de direitos na melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

A questão da musealização de elementos intangíveis das culturas é vista a partir do cruzamento entre as áreas de museologia e patrimônio. Nesse processo, foi emblemática, principalmente para a museologia latino-americana, a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) e seu conceito de Museu Integral, isto é, um museu preocupado com a totalidade dos problemas da sociedade, com a inclusão cada vez maior da diversidade das expressões culturais e dos problemas sociais em suas rotinas.

Conforme aponta Almeida (2005 apud Becker: 2009, p. 85), resgatando as teses de Santiago do Chile, nos anos 80, foram formulados conceitos como museologia comunitária, museu aberto, museu de vizinhança ou Ecomuseu, todos eles representando uma nova museologia que busca aprofundar cada vez mais a aproximação dos museus com a sociedade. Essa nova idéia de museu rompeu com a imagem do prédio que servia de abrigo e conservação de coleções e passou a se preocupar com a musealização como uma qualidade distintiva dos testemunhos materiais da humanidade preservados ou não dentro de suas salas. A Nova Museologia desloca-se assim, do objeto para o sujeito e assim estabelece-se segundo Hugues Varine, *“o lugar da comunidade no museu”*.

Esta nova leitura ou leituras que a nova museologia oferece dos contextos sociocultural brasileiro e da América Latina como um todo, considerando o processo de modernização conservadora destes, é fundamental para a *(re) elaboração* de antigos e novos paradigmas formadores destas sociedades, espacializados, como argumentado anteriormente, nas rugosidades e na inércia dinâmica do território. Considera-se, assim, a dimensão temporal para se conceber o espaço em permanente evolução.

A evolução do espaço – território das relações de poder e expressão social, política, econômica, cultural de uma sociedade – molda as formas de participação desta mesma sociedade e, principalmente, contorna sua forma institucionalizada.

No histórico das políticas pública no Brasil, podemos identificar aspectos relevantes a serem observados nesta análise. Na década de 1990, a ampliação da participação coletiva e dos espaços de inclusão, decorridos dos processos de regulamentação da Constituição de 1988 – criando-se os Sistemas Nacionais de participação societária – e a produção de arcabouços teóricos com importantes reflexões do processo

democrático brasileiro, possibilitou o compartilhamento do poder no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Esse compartilhamento do poder (DAGNINO, 2002), na perspectiva da construção democrática, deve ser compreendido como uma tessitura não-linear, contraditória e fragmentada. O entendimento da relação entre Estado e sociedade civil deve ser aprofundado no sentido de percebê-los como sujeitos em alguma medida autoritários, tornando necessária a existência de mais espaços igualitários de participação, projetos políticos democratizantes, vislumbrando assim a égide de uma nova matriz cultural.

No campo da cultura, surgem os conselhos municipais de cultura e patrimônio histórico além das conferências municipais, estaduais e nacionais voltadas para a discussão do tema e da produção de diretrizes políticas voltadas para a sua salvaguarda .

1.4. Museologia, desenvolvimento local e juventude: um problema de investigação

A ação museológica perpassa a própria história da humanidade, no sentido dos espaços e tempos na produção objetiva e simbólica da vida. Encontramos em publicações oficiais do Conselho Internacional de Museus (ICOM) que registros arqueológicos mostram que desde o século VI *A.C* na cidade de *Ur*, na Mesopotâmia, foram encontrados artefatos que comprovam a existência de coleções de peças antigas, organizadas pelos habitantes desta região para uso educativo nas escolas, e que tal costume não era apenas da nobreza local, mas pertencia a todas as camadas sociais daquela cidade.

Ao longo da formação sócio-espacial das sociedades – desde a pré-história até os dias atuais – homens e mulheres, através do patrimônio material e imaterial, vêm constituindo importantes territórios simbólicos e culturais. Através destes territórios de sentidos, podemos mapear uma trajetória de relações das sociedades entre si e com o seu meio ambiente. Os mapas sócio-espaciais que a interface entre a Geografia e Museologia podem vir a gerar são importantes e, de certa forma, são conhecimentos que podem vir a contribuir com os estudos empreendidos hoje, no sentido da construção de uma cultura de sustentabilidade – na atual perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Paralelo aos debates ambientalistas descritos acima nas várias conferências ocorridas, se repensava – principalmente na França, em 1971, na IX Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM), o papel dos museus na nova ordem mundial e sua função a serviço do homem, destacando a importância das dimensões política e social dos museus. Entre estas duas frentes de novos paradigmas, argumenta, surge o elo chamado território. Assim, a articulação entre museologia e desenvolvimento sustentável vem sendo tecida graças à chave geográfica chamada de território.

Sob a chave do desenvolvimento territorial sustentável, o campo museológico foi impulsionado e vem ampliando a ação museológica, desde a década de 1980, com a Nova Museologia², permitindo a elaboração de novas experiências como museus comunitários, ecomuseus e museus a “céu aberto” – que fizeram de seus territórios a extensão e a inclusão de novos acervos, atores e patrimônios a serem salvaguardados. No diálogo entre cultura e meio ambiente, surgem experiências e projetos desenvolvidos com os princípios da Nova Museologia.

Estes avanços culturais convergem no que atualmente chama-se de patrimônio cultural³. A ampliação do conceito vem atender a necessidade humana de conservar o acervo cultural e ambiental das comunidades, contemplando as identidades em suas diferentes escalas de manifestação, ou seja, a preservação da memória coletiva da sociedade expressa através das manifestações culturais, de natureza tangível e intangível.

A preservação de um patrimônio cultural, segundo a UNESCO, também significa a perpetuação de tradições, saberes, rito e práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas. Junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados, as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos podem vir a se reconhecer como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural, que se transmite de geração em geração é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade que contribui para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

No Brasil, o movimento Museológico vem construindo uma trajetória de consolidação, tanto no aspecto das políticas públicas, quanto da própria participação social, através de projetos e programas que contribuem com a formação cultural e cidadã do povo

brasileiro, no sentido da valorização do patrimônio cultural e ambiental e, conseqüentemente, do fortalecimento do processo identitário que, segundo Juarez Guimarães (2009), são “*os processos formadores de uma civilização brasileira*”.

Colaborando com esse processo de incremento cultural do povo brasileiro, destacamos as conquistas da constituição de 1988, mais especificamente os artigos 215 e 216, que acabam ampliando o conceito de patrimônio cultural. Este abrange tanto obras arquitetônicas, urbanísticas e artística de grande valor, isto é, o patrimônio *material*, quanto às manifestações de natureza *imaterial*, relacionadas à cultura no sentido antropológico: visões de mundo, memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas; experiências diferenciadas nos grupos humanos, ou seja, fundamentos das identidades sociais, patrimônio compreendendo os processos e os significados das culturas humanas. Amplia-se ainda, nesse processo, o cânone participativo ao promover a inclusão de novos atores no debate, institucionalizando novos meios da ação interdisciplinar entre o poder público e a sociedade.

Neste histórico da presença do Estado brasileiro no setor cultural e, especificamente, nas questões relativas ao Patrimônio Cultural, está intrínseca a ideia de se preservar aquilo que é exemplo de autenticidade, de legitimidade e herança. No que concerne ao patrimônio edificado, acrescenta-se o gosto pela obra de arte e pela arquitetura antiga.

No Brasil, esse gosto recai sobre a estética barroca dos séculos XVII e XVIII e o estilo eclético da conclusão do século XIX e início do século XX. Arquitetura e cidades dos períodos colonial e imperial constituem os atributos que mais valorizam as principais edificações e os sítios urbanos protegidos por lei no país, pois são considerados testemunhos materiais da cultural nacional.

² Conceito originado segundo Hugues Varine nos debates da Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972 e a Declaração de Quebec de 1984 – ambas realizadas pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus) que ratifica a função social dos museus por meio do MINOM (Movimento Internacional por uma Nova Museologia).

Segundo Fonseca (1997, p. 104), a valorização do patrimônio arquitetônico remanescente das cidades coloniais, principalmente das construções do ciclo do ouro (barroco mineiro), iniciou-se na década de 1930, no contexto do Movimento Modernista e do Estado Novo, marcado por sentimentos nacionalistas, centrados na questão da identidade nacional.

Para a autora, com a instalação, mais que de um novo governo, de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado.

O Serviço de patrimônio Histórico Nacional (SPHAN) foi criado em 1936. O primeiro ato de proteção ao patrimônio foi à atribuição de patrimônio nacional à cidade de Ouro Preto, em 1933 (antes mesmo, portanto, da criação do SPHAN). Cidades inteiras, conjuntos arquitetônicos e edifícios foram sistematicamente tombados desde então.

Atualmente, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Natural) vem desenvolvendo políticas de salvaguardas que contam com a participação social nos processos de reconhecimento institucional de uma manifestação cultural como patrimônio cultural brasileiro. Desde o ano de 2000, através do decreto federal N.º 3.551 de 04 de agosto, instituiu-se o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, criando-se o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. A UNESCO reforça o decreto, criando a Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Imaterial em 17 de outubro 2003.

A crescente participação social nos conselhos de políticas culturais nos níveis local e nacional, nos movimentos de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural, depende condicionalmente tanto da melhoria do nível de educação (patrimonial), da informação e conhecimento democratizados, quanto do nível de importância que é dado a esses processos formadores os quais deverão conter, em sua práxis, a educação popular. Conforme argumenta Paulo Freire (1987), "*o objetivo da pedagogia moderna consiste em ajudar o ser humano em sua humanização. Esta expressão tem o sentido de maturação para a emancipação...*". Pelo viés da emancipação popular, podemos também estabelecer uma relação mais aproximada possível entre os processos educativos e os processos de participação.

A formação para a participação política deve ser prioritária para a juventude, entendendo o jovem como sujeito social (DAYRELL, 2003), bem como as diferenças entre as diferentes juventudes (SPOSITO, 1999) na construção identitária e de fortalecimento dos valores cívicos e, porque não, dos valores republicanos como garantia de um presente e futuro mais saudáveis e sustentáveis.

1.4.1. A unimultiplicidade da juventude brasileira

Nos estudos de Dayrell e Sposito (mimeo), identifica-se elementos que formam um panorama da construção histórica da percepção de juventude no Brasil. Este panorama mais referenciado inicialmente pode ser delineado nos movimentos da “*juventude-contestação*” dos valores conservadores da década de 1960, a contracultura e os movimentos estudantis e a luta contra regimes autoritários e a ordem bipolar.

Na década de 1970, pode-se identificar, destacadamente um tipo de juventude que não esteve sua imagem relacionada aos movimentos políticos e sociais, em que situa-se como jovens de classe média que representaram os estereótipos dos descompromissos com as classes populares. No Brasil na década de 1980 com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que situa a juventude entre as idades de 11 a 18 anos - esta “*juventude-protagonista*” inicia a construção de um novo olhar, tratado por muitos como uma juventude em que se tem como inerente a capacidade de atuar coletivamente e a inclusão dos jovens das classes populares como sujeitos de direitos.

Com estes diferentes momentos históricos de juventudes, Dayrell descreve a Condição da Juventude como uma construção histórica, desde a visão tradicional de juventude do “*vir a ser*”, passando pela dimensão biológica à concepção contemporânea de uma condição expressa nos significados e formas de vivência desta mesma condição.

³ A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o “patrimônio cultural brasileiro” e que esse patrimônio é constituído pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (Zanetti & Wakim).

No Brasil 1/5 da população jovem está na faixa etária entre 15 e 29 anos segundo a Secretaria Nacional da Juventude (vinculada a Secretaria-Geral da Presidência da República) e com um maior alargamento na faixa etária entre 15 e 19 anos (SPOSITO, 2003), deste percentual, a maior parte dos jovens está em condição de estudo e trabalho. Onde o trabalho é o meio de vivência e inserção destes jovens nas experiências que caracterizam hoje a juventude – o lazer e a sociabilidade. As identidades, neste processo, estão sendo construídas pela mediação do trabalho – algo a ser considerado com todo o cuidado e atenção, sobretudo, quanto ao estabelecimento de políticas públicas de juventude voltada para a inclusão social dos mesmos.

Cabe assim, a seriedade de emprendermos pesquisas e investigações localizadas, a respeito dos grupos de jovens e a respeito de como as ações políticas – do Estado e da sociedade – irão intervir no sentido de contemplar o que nos fala a letra do músico *Tom Zé*, que tão bem se aplica a condição juvenil: a *Unimultiplicidade*.

1.4.2. A condição juvenil no município de Maranguape e no distrito de Cachoeira

Segundo dados do PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) de Maranguape (2000), no que diz respeito ao analfabetismo, embora a taxa apresentada pelo Município esteja abaixo da estadual (26%), ainda apresenta-se num patamar aquém do desejado. Em 1996, 13% das crianças na idade de 11 a 17 anos, residentes em Maranguape, não sabiam ler nem escrever.

Desmembrando a análise da taxa de analfabetismo para as esferas campo e cidade, observa-se que o setor urbano apresenta menores taxas de analfabetismo (12%) em relação ao setor rural (14%), o que pode demonstrar um melhor aparelhamento do setor educacional na sede do Município (QUADRO Nº 1).

QUADRO Nº 1 – INDICADORES DO SETOR DE EDUCAÇÃO - 1996

TAXA DE ANALFABETISMO (%) (11 A 17 ANOS)	ANALFABETISMO RURAL (%) (11 A 17 ANOS)	ANALFABETISMO URBANO (%) (11 A 17 ANOS)
13	14	12

Fonte: Censo Comunitário Educacional, UNICEF/SEDUC-1996.

Destaca-se também, que o número de jovens do sexo masculino, analfabetos, na faixa etária considerada (28%), é maior que o apresentado pelo sexo feminino (26%). Isso pode ser explicado pelo fato do jovem “trocar” a sala de aula pelo mercado informal, na tentativa de elevar a renda familiar, privando-se assim, de melhores perspectivas profissionais no futuro. Ressalte-se ainda, que do total de crianças e jovens matriculados, na idade de 7 a 17 anos, 97% encontram-se fora da série adequada.

Quanto aos cursos profissionalizantes, vale ressaltar o funcionamento do Centro Vocacional Técnico e Pedagógico, CVTP, que congrega instituições que desenvolvem ações de capacitação profissional no Município.

Maranguape se prepara para a realização da revisão do PDDU, previsto para o ano de 2010. No que concerne aos índices educacionais, não ocorreu uma redução mais significativa nas taxas destacadas, ainda que o município esteja em processo de criação do conselho das cidades e o conselho da juventude.

A juventude urbana e principalmente rural de Maranguape conta com poucos equipamentos culturais. As ações públicas direcionadas a este segmento não promovem o dialogo entre eles. Além disso, não se sabe de quais juventudes se está falando e quais são as existentes, pois não há um perfil desta na municipalidade.

Com esta ausência de diagnóstico sobre a condição juvenil ou sobre quais juventudes existem em Maranguape, hoje, no município de Maranguape encontra-se em desenvolvimento vários projetos. Dentre eles, o PRÓ-JOVEM (não entraremos na avaliação – mas de modo geral a população não faz uma avaliação positiva desta

política do governo do estado) e o Programa Ceará Aventura da Secretaria de Esporte e Juventude que prevê a construção de uma praça de esportes radicais – skate e outros. Vale destacar ainda o Programa Pacto pela Criança e Adolescente do Semi-árido, desenvolvido também pelo governo do estado do Ceará.

Não obstante, há uma desigualdade no acesso aos equipamentos culturais entre as áreas rurais e urbanas do município que também se reproduz entre os bairros da sede de Maranguape. O fato de residir na zona urbana não significa necessariamente que o modo de vida destas populações seja um modo de vivência urbana.

No distrito de Cachoeira, encontra-se realidade parecida com o agravante de ter o espaço rural como pano de fundo para avaliação da condição da juventude desta comunidade. No que concerne aos indicadores sociais – mais relacionados com a juventude –, a educação básica na comunidade foi universalizada, ou seja, todas as crianças em idade escolar (até 14 anos) estão regularmente matriculadas, o que não ameniza o fato de que 15% entre jovens e adultos são analfabetos funcionais. Há que registrar que existe apenas um posto de saúde com médicos atendendo quinzenalmente e os serviços odontológicos são realizados em um distrito vizinho mensalmente.

As perspectivas de trabalho e renda em uma comunidade rural são reduzidas basicamente à agricultura de subsistência e ao funcionalismo público. Não obstante, alguns jovens são recrutados por fábricas e indústrias que se instalam no município facilitadamente por uma política de incentivo fiscal. Neste caso, contratam apenas pela mão-de-obra barata, sendo a quantidade de anos de estudo e/ou qualificação profissional o que menos importa. Sem essas opções, os jovens dessa região acabam aumentando as taxas do êxodo rural, da evasão escolar ou da criminalidade.

1.4.3. Do protagonismo como estratégia metodológica ao protagonismo cultural: multiplicando conhecimentos no museu

Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a criação dos CONDICAS, o jovem no Brasil passou a ser tratado como um sujeito de direitos em condições nata de exercício de um protagonismo juvenil. Tal protagonismo revelou-se então como mais um caminho metodológico do olhar do adulto sobre as questões da juventude, do que uma formação de cidadania e participação social dos jovens.

Segundo Juarez Dayrell (2003), as pesquisas feitas com projetos e programas voltados ao protagonismo juvenil não contemplavam, em grande parte das ações, a inclusão dos jovens na elaboração e execução destas, mas sim a participação verticalizada nas estruturas das propostas. Também chama a atenção para a atual configuração da condição juvenil, qual seja, a dos jovens como produtores e fruidores de cultura, isto é, como novas formas de participação que devem ser consideradas e valorizadas.

Hoje, as formas de mobilização dos jovens se concentram nas atividades socioeducativas, revelando uma tendência dos jovens na direção oposta às instâncias tradicionais de participação, como sindicatos, movimentos estudantis e partidos políticos. Nestas formas diferenciadas de participação, como a luta pela meia-entrada, o passe livre, a construção de praças de esporte radical, se identificam elementos de atuação política. Por sua vez, estes novos elementos de luta social dos jovens pedem que o espaço da cidade seja repensado e resignificado para servir realmente à sua finalidade pública, visto que os jovens, como observado por Dayrell, vem num contínuo processo de reversibilidade que se concretiza também nos pertencimentos construídos nos novos atributos por eles dados aos espaços públicos. Portanto, os jovens estão conquistando cada vez mais – também pelo advento da globalização da comunicação – espaços culturais. Seja através da música, das artes visuais e da dança, estabelecem novos códigos que, por sua vez, gradativamente, são incluídos nos demais segmentos da sociedade e de setores da economia neoliberal.

Tais espaços culturais agregam – em específico, os espaços ecomuseológicos – conteúdos e sentidos de cidadania, construídos pela e na prática da participação inerente à ação museológica comunitária. O protagonismo cultural pertinente às ações de

conservação do patrimônio cultural e natural é, por vocação, atividades mobilizadoras e construtoras de espaços de ‘percepção de equidades’ entre os participantes.

Portanto, os projetos e ações de educação patrimonial com a juventude configuram-se numa metodologia de protagonismo em que o jovem pode, efetivamente, contribuir com a formação do jovem para cidadania ativa. São nestes espaços comunitários e, especificamente, nos museus de base comunitária que, segundo os princípios da nova museologia (MORALES, 2004), as pessoas inventam uma forma de contar suas histórias e, dessa maneira, participam, definindo sua própria identidade em vez de consumir identidades impostas.

Noutras palavras, criam um novo conhecimento em vez de amoldar-se a uma visão central, a uma interpretação dominante da história nacional. Sob esta perspectiva, lutam contra uma longa história de desvalorização ao valorizar suas histórias e feitos cotidianos da vida comunitária.

Assim, se apropriam de uma instituição criada para as elites, afirmando-se como sujeitos ao legitimar seus próprios valores na práxis comunitária do Ecomuseu, isto é, do museu que busca integrar a cultura e o meio ambiente como patrimônio territorial.

Essa problemática será investigada no Projeto Ecomuseu de Maranguape, em específico, através da análise da formulação e implementação do programa de formação de Agentes Jovens do Patrimônio Cultural cujo objetivo foi à capacitação de 50 (cinquenta) jovens nas áreas da cultura, meio ambiente e cidadania.

2.0. O distrito de Cachoeira e o projeto Ecomuseu de Maranguape: um histórico

O município de Maranguape, conforme mapa abaixo, situa-se a noroeste do estado do Ceará e está a 28 km de Fortaleza, capital. É formado pela sede de Maranguape e por 17 distritos (Amanari, Itapebuçu, Sapupara, Tanques, Jubaia, Antônio Marques, Vertentes do Lajêdo, Umarizeiras, Lagoa do Juvenal, Cachoeira, Lages, Manuel Guedes, Pappara, Penedo, São João do Amanari e Ladeira Grande).

Com uma área de 590,82 km², localiza-se a uma altitude de 68,6 metros acima do nível do mar. A população está estimada em aproximadamente 110.523 mil habitantes (IBGE: 2009), sendo que 75% da população está situada nas áreas urbanas (sede municipal e sede dos distritos de maior contingente populacional). O IDH do município, segundo PNUD (2000) é de 0,691.

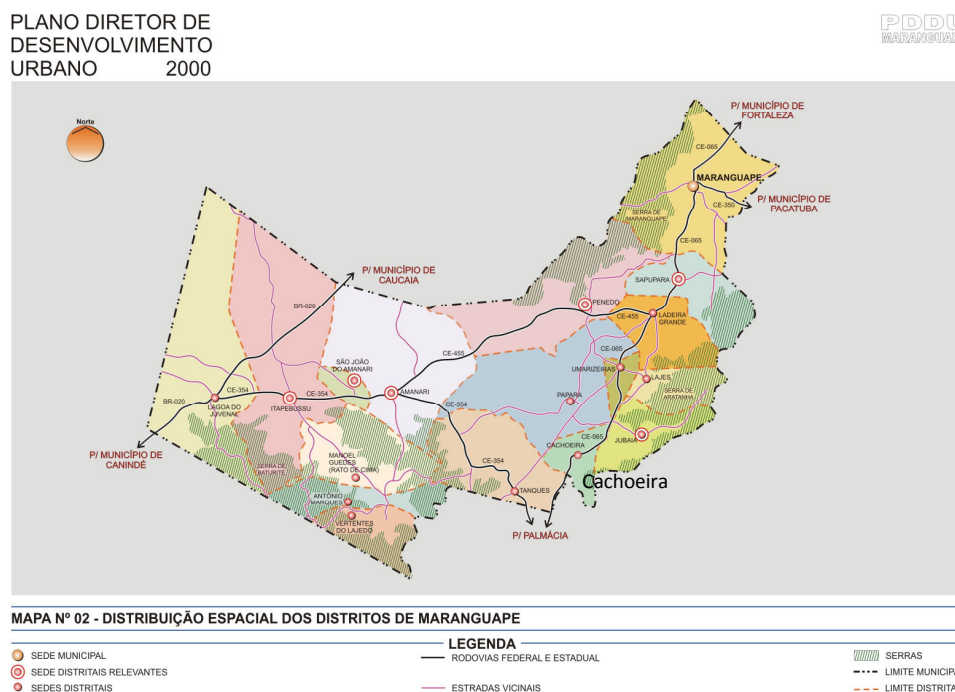


Mapa 01 – Ceará (Fonte: WIKIPÉDIA, 2010)

Quanto aos aspectos geoambientais, possui clima semi-árido com relevo contendo Maciços Residuais e Depressões Sertanejas, solo Bruno não Cálcicos, Solos Litólicos, Planossolo Solódico, Podzólico Vermelho-Amarelo e Vertissolos. Vegetação Caatinga e Vestígios de Mata Atlântica, Caatinga.

Maranguape teve em seu processo sócio-formador a colonização holandesa e descendência indígena. Na língua tupi, Maranguape significa *Vale de Batalha*. Possui uma história marcada pela exploração do café (séc. XIX), cana de açúcar (séc. XIX e XX) e algodão (séc. XX). Atualmente, as atividades econômicas mais significativas desenvolvidas no meio urbano são confecção, comércio varejista, o artesanato, a indústria e, no meio rural a agricultura de subsistência, a pecuária bovina, a piscicultura e a fruticultura (AGENDA 21 LOCAL, 2002).

Dentre os dezessete distritos de Maranguape, encontra-se o distrito de Cachoeira – onde localiza-se a sede do projeto Ecomuseu de Maranguape. O distrito de Cachoeira, conforme Mapa abaixo, retirado do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2000), está localizado em área rural e distante a 25 km da sede municipal.



Mapa 02 – Maranguape (Fonte: PDDU, 2000)

O distrito de Cachoeira possui população de cerca de 1. 500 mil habitantes em sua maioria agricultores (CENSO, 2000), com déficits de pavimentação e saneamento básico, com taxa de 15% de analfabetismo entre jovens e adultos.

O processo de formação sócio-espacial de Cachoeira remonta ao período colonial. Originalmente ocupado por índios da tribo Potiguara, foi posteriormente comprado (contam os antigos - de uma velha índia que ali permaneceu), no início do século XIX, por uma família de ascendência portuguesa – Família *Moura* – que, ao estabelecer residência naquela localidade, construiu com mão-de-obra escrava um conjunto arquitetônico de estilo colonial, composto de um Casarão, uma Capela e um Açude. Ao redor desta ‘Casa Grande’, se inicia, por volta de 1830, o núcleo de povoamento que, mais tarde, torna-se o atual distrito de Cachoeira.

Posteriormente, os descendentes da família Moura, dividiram seu patrimônio entre os herdeiros restantes. A parte que corresponde à ‘Casa Grande’ e mais 300 hectares foram financiados a 30 (trinta famílias) de agricultores institucionalmente organizados – na associação denominada de Comitê Agrícola de Cachoeira – no ano de 1977, por um programa de assentamento rural do governo da época.

Este fato fez com que, hoje, tivesse a sua sede localizada em uma terra coletiva, cuja gestão é feita de forma compartilhada pela associação de agricultores e neste distrito encontra-se também o rico patrimônio histórico e cultural – Casarão, Capela e Açude – tombado pela Lei municipal nº 1.278 de 03 de janeiro de 1996 - “*Lei de proteção do patrimônio histórico, cultural e turístico do município de Maranguape. Casarão de propriedade do Comitê Agrícola da Cachoeira.*”

Esta ação de tombamento pelo poder público local, representava um reflexo das políticas públicas regulamentadas pela Constituição de 1988, juntamente com os espaços de participação social para este setor (patrimônio cultural), como também as políticas e os movimentos ambientalistas, em que o governo municipal cria através de decreto a unidade de conservação, Área de Proteção Ambiental (APA) municipal no ano de 1993 e posteriormente é criada no ano de 1996 a APA estadual.

Tal conjuntura culminou com a realização nos anos de 2000 e 2002 respectivamente do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e a *Agenda 21 Local*. A *Agenda 21 Local* foi apresentada, no ano de 2003, na Conferência Internacional de Maranguape, evento organizado pela Fundação Konrad Adenauer, que teve como objetivo, concretizar a *Agenda 21 Local* e o conceito de sustentabilidade (HERMANNNS, MACÊDO, 2003), além de lançar a *Carta de Maranguape*.

Em consonância com estes eventos, a comunidade de Cachoeira também organizou no ano de 2004 a sua Conferência distrital de elaboração da *Agenda 21 local*, bem como a escolha de propostas para o desenvolvimento local sustentável. A eleição em plenária das propostas da *Agenda 21 de Cachoeira* contou com a participação de todos os seguimentos da sociedade local, instituições do poder público e do terceiro setor convidados a participar como parceiros no processo.

No ano seguinte, em 2005 a comunidade retorna a Agenda 21 local de Cachoeira com vista a implementação das propostas. Para tanto, foram convidadas instituições parceiras, entre elas, a organização não-governamental Fundação TERRA, instituição que fica responsável pela implementação da proposta de criação na e com a comunidade de um projeto social que utilizasse as dependências do casarão histórico da comunidade como uma unidade museológica, visando à conservação do patrimônio cultural local.

2.1. Museu e inclusão social: ideias e projetos

Segundo Hugues Varine (2006), criador do conceito de Ecomuseu, o museu, como instituição cultural, situa-se em um dado território, em uma comunidade humana complexa e representa um papel nas dimensões cultural, social e econômica de seu desenvolvimento e, é imprescindível, que o museu se preocupe com o lugar em que a esta mesma comunidade ocupa no museu. Neste sentido, o museu representa um espaço de inclusão social e cidadania no território em que está inserido.

As ideias do educador Paulo Freire, ligadas a “*conscientização*”, teve um papel fundamental na formulação dos novos olhares, bem como na função social dos museus, sobretudo, na mudança do paradigma homem-objeto para homem-sujeito. Tal deslocamento reforçou ideias e projetos que provocam o diálogo entre os diferentes e as diferenças (VARINE, 2006), sendo estas ações também valorizadas enquanto processo, podendo eficientemente nortear as políticas públicas e colaborar com a formação dos diversos segmentos da sociedade através da participação e do ativismo social.

Ainda, reforçando a função social dos museus com vistas à inclusão social, Milton Santos nos fala sobre a ‘utopia globalitária’, ou seja, do processo de visibilizar espaços, outrora tidos como ‘banais’, pelo próprio mérito das comunidades que os ressignifica e reinventa. Este processo é uma marca da modernidade do século XXI, isto é, um tipo de reação das classes subalternas para superar a condição de subcidadania, quando autonomamente criam e recriam seus próprios museus e formas de contar sua história.

É o caso do Museu da Maré e do Ecomuseu do Quarteirão no Rio de Janeiro e, em Minas Gerais, como também do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. Todos eles, formas

originais e genuínas de se incluírem na ‘historia oficial’, historicamente, contada pelas elites dominantes deste país e da America Latina.

Sob esta perspectiva, o Ecomuseu de Maranguape também pode ser exemplo de projeto de inclusão de novos atores sociais, destacadamente, pelo seu trabalho com a juventude local. Através do projeto de formação de Agentes Jovens do Patrimônio Cultural, que objetiva desenvolver entre outras competências, a mobilização e a participação da juventude na elaboração e implementação de políticas públicas para o setor cultural, visando colaborar com o desenvolvimento local sustentável.

3.0. Educação cidadã: o papel do Ecomuseu na formação de jovens

O projeto Ecomuseu de Maranguape foi criado no ano de 2006. Dentre os programas e ações da instituição, a comunidade local, no ano de 2009, foi beneficiada com o programa de formação Agentes Jovens do Patrimônio Cultural, cujo objetivo é a capacitação de 50 (cinquenta) jovens nas áreas da cultura, meio ambiente e da cidadania. O projeto Ecomuseu de Maranguape, como se verá a seguir, resultou da histórica organização comunitária com o objetivo de promover o desenvolvimento local e erradicar a pobreza.

A organização comunitária do distrito de Cachoeira se deu precisamente nos anos de 1973 e 1977 com a constituição de duas associações comunitárias locais, quais sejam, o Centro Comunitário de Cachoeira e o Comitê Agrícola de Cachoeira respectivamente. Um processo de participação sociopolítica e de promoção social é iniciado no município de Maranguape através de projetos ligados a essas duas instituições. Neste processo, destaca-se o fato do Comitê Agrícola de Cachoeira, formado por 30 (trinta) famílias de agricultores, tornar-se proprietário e gestor coletivo de 300 hectares de terras produtivas e de um conjunto histórico arquitetônico, formado por um casarão, uma capela e um açude. Por ter se constituído no núcleo sócio formador do distrito de Cachoeira, o lugar tem um expressivo valor histórico-cultural e natural para a população local.

No ano de 1982, o Centro Comunitário de Cachoeira, por meio de um convênio intermediado pelo governo (militar) estadual (sendo o gestor do município, à época, o

Sr. Virgílio Távora) e o Fundo Árabe de assistência à infância, assume a realização de um projeto de desenvolvimento comunitário. Na ocasião, o príncipe árabe Talal Bin Abdul Aziz Al Saud doou dois milhões de cruzeiros ao PRODECOR (Programa de Comunidades Rurais). Dentre as ações do Programa, no dia 28 de Março de 1982 com a presença do príncipe da Arábia Saudita, inaugura-se o CETEC (Centro de Treinamento de Cachoeira) nas dependências do Casarão de Cachoeira. O objetivo do Centro era capacitar a população local através de cursos de geração de renda e trabalho. Contudo, segundo depoimento dos próprios moradores, tal proposta não teve continuidade. O Centro nunca chegou a funcionar, nem mesmo teve o mobiliário e os equipamentos instalados. (Jornal Tribuna do Ceará, 1982).

Na década de 1990, as associações comunitárias já destacadas, com o objetivo de erradicar a pobreza local, empreendem projetos voltados ao desenvolvimento rural em grande parte apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do estado do Ceará: Conforme aponta Medeiros e a SDR,

“O governo do Estado do Ceará, em 1995, na tentativa de minorar os problemas do setor rural e promover estratégias visando seu desenvolvimento utilizou a experiência positiva do Programa de Apoio aos Pequenos Produtores - PAPP cujo objetivo geral era erradicar a pobreza absoluta no campo, adicionando a experiência do Projeto Solidariedade do México, para fazer novos ajustes no PAPP - criando assim o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) no Ceará ou o projeto São José I (PSJ-1), como é também conhecido.” (MEDEIROS, 2000)

“Com apoio do Banco Mundial, o Governo do Estado executou, a partir de 1995, o Projeto São José, para combater a pobreza rural (...). O projeto começou a ser executado pela Secretaria de Planejamento e, em 1998, transferido para a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, com um desempenho crescente. De 1995 a 1998 foram atendidos 4.921 subprojetos, totalizando recursos de R\$ 123,7 milhões. Os subprojetos atenderam a 4.850 comunidades, beneficiando 300 mil famílias em 176 municípios”. (SDR, 2002)

A partir do ano de 2000, as associações locais do distrito de Cachoeira passam a atuar sob o novo paradigma do desenvolvimento sustentável. Em muito devido à gestão pública que passou a cumprir os marcos regulatórios da Constituição de 1988, garantindo novos direitos e espaços de participação popular por meio da criação de instituições híbridas como os conselhos de políticas públicas, as conferências e demais fóruns e canais de participação. Como exemplo na comunidade, indica-se a implantação do projeto de Permacultura. Na perspectiva da agricultura orgânica, por meio desse projeto, no ano de 2003, são instaladas em terreno coletivo da comunidade de

Cachoeira, 04 (quatro) canteiros com a técnica de hortas-mandalas para produção sem o uso de agrotóxicos de hortaliças para atender a demanda local e para a venda externa.

Com a realização da Agenda 21 e do Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano, tem-se o fortalecimento das bases da cultura da participação e do desenvolvimento sustentável no município de Maranguape com seus 17 (dezessetes) distritos. Dentre eles, Cachoeira se destaca como o único distrito a elaborar e implementar sua Agenda 21, tendo como proposta eleita para dinamizar o desenvolvimento local da comunidade, a transformação do Casarão, isto é, do núcleo fundador do distrito, em um Museu.

Na implementação desta diretriz, a diretoria do Centro Comunitário de Cachoeira convida, no ano de 2005, a Organização não-governamental Fundação TERRA para organizar com a comunidade local e parceiros a instalação de um “museu no casarão”. Com este entendimento foi iniciado o processo de criação do projeto social Ecomuseu de Maranguape. A Fundação Terra, organização responsável pela coordenação do Projeto e sediada no município de Maranguape desde o ano de 2004, vinha, desde o ano de 1995, desenvolvendo projetos socioculturais em comunidade rurais do estado do Ceara. Mais especificamente até o ano de 2001, as ações da instituição focaram a região serrana do sertão central do estado chamado de Maciço de Baturité, nos municípios componentes da Área de proteção ambiental estadual (APA do Maciço de Baturité).

Com as experiências advindas do projeto Escola da Natureza⁴ e as atividades em comunidade rurais com arte e educação ambiental, a Fundação TERRA assume a responsabilidade de formular e implementar no distrito de Cachoeira, em atendimento ao convite da comissão da Agenda 21 local, articulando-se com a população e as lideranças do distrito, o Projeto Ecomuseu. Tal articulação, iniciada no ano de 2005, se concretiza no ano seguinte.

Através da Lei Municipal Nº 1.946 de 19 de Setembro de 2006, que cria o Ecomuseu de Maranguape com a missão de promover com a comunidade uma ação integrativa entre cultura e meio ambiente com vista a colaborar com o desenvolvimento local sustentável. A inauguração de uma nova unidade museológica, somando-se aos 02 (dois) outros museus existentes no município, ocorre em 12 de Outubro de 2006. Desde a origem, conforme consta nos estatutos sociais, a gestão do Ecomuseu é compartilhada entre as

instituições parceiras: Fundação TERRA, Centro Comunitário de Cachoeira e Comitê Agrícola de Cachoeira, visando colaborar com a comunidade na construção de um modelo participativo de gestão social.

Valendo-se dos princípios da Nova Museologia, desde a criação do Ecomuseu, a comunidade de Cachoeira vem se inserindo em novos contextos culturais através de intercâmbios com os visitantes do Ecomuseu, convites para participação em eventos e das atividades de acesso a internet, conseguidas por meio de financiamento em aprovação em diversos editais de instituições públicas e privadas.

O projeto Ecomuseu vem adotando uma estratégia pedagógica de ações-integrativas condicionada à aprovação em editais. A primeira ação-integrativa foi a seleção no programa BNB (Banco do Nordeste) de Cultura de 2006 de uma proposta que permitiu a elaboração de uma pesquisa cultural intitulada “Paisagens Culturais de Maranguape”, possibilitando ainda iniciar as primeiras atividades audiovisuais do Museu.

No ano de 2007, a seleção de proposta nos editais de meio ambiente do Instituto HSBC de Solidariedade, possibilitou a instalação de uma micro-usina solar para o atendimento de uma parte da demanda energética da sede do Ecomuseu.

No ano de 2008, a aprovação no edital de artes da Secretaria de cultura do estado do Ceará (SECULT) permitiu a elaboração do Inventário do Ecomuseu de Maranguape.

Finalmente, no ano de 2009, o Projeto Ecomuseu consegue aprovação de mais uma proposta no edital de seleção de novos Pontos de Cultura do estado do Ceará⁵. Através da aprovação nesse edital, pôde-se dar início à realização de um programa de formação de agentes jovens do patrimônio.

⁴ O projeto social Escola da Natureza foi desenvolvido pela organização não-governamental Fundação TERRA, com o apoio do UNICEF e Fundação ABRINQ, entre os anos de 1995 e 2003 na região do sertão central do estado do Ceará, nos municípios serranos de Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Aratuba e Mulungu, com alunos das escolas públicas rurais, desenvolvendo atividades de cultura e educação ambiental.

Esta atual ação-integrativa definida como Ponto de Cultura no Ecomuseu contará com o apoio do governo federal durante 03 (três) anos, ou seja, dos anos de 2009 a 2011, objetivando facilitar o acesso de 50 (cinquenta) jovens da comunidade local a uma formação para cidadania ativa. Noutras palavras, a participação social e política se dará por meio de atividades de formação como oficinas, intercâmbios culturais, ações de participação em políticas públicas e atividades de estágio.

A seguir, descreve-se as atividades que estão compondo o programa de formação de Agentes Jovens do patrimônio do Ponto de Cultura do Ecomuseu de Maranguape:

a) Cronograma de oficinas – AGENTE JOVEM DO PATRIMÔNIO CULTURAL

1. Empreendedorismo Cultural;
2. Informática;
3. História da Arte;
4. História da Música;
5. Leitura e Produção textual;
6. Artes Visuais;
7. Turismo e meio ambiente
8. Democracia, Participação e Políticas Públicas;
9. Cidadania, juventude, gênero e diversidade étnica;
10. Saúde comunitária preventiva.

b) Intercambio Cultural:

Eventos coletivos organizadas pela coordenação dos Pontos de Cultura;
Exposições itinerantes organizadas pelo Ecomuseu;
Participação dos jovens em cursos ofertados por outras instituições afins;
Eventos afins realizados na Região Metropolitana de Fortaleza.

c) Ações de participação social e políticas pública

Realização de Conferência distrital – conservação do patrimônio cultural;
Articulação municipal do conselho de patrimônio cultural;
Articulação na região da área de proteção ambiental do conselho de patrimônio cultural;
Mobilização dos jovens do projeto para futura participação no conselho de juventude de Maranguape (quando for implementado).

⁵ O Programa Pontos de Cultura, antes coordenado pelo Ministério da Cultura, passa, seguindo o processo de descentralização da gestão política, para as respectivas secretarias dos estados da federação.

3.1. O programa de formação Agente Jovem do Patrimônio Cultural: a universalização da cidadania local

Diante dos indicadores sociais que ilustram a condição da juventude na comunidade rural de Cachoeira, fez-se necessário programas que garantissem o acesso da mesma à serviços públicos e, por conseguinte, à cidadania. Assim, o estudo de caso do projeto Ecomuseu de Maranguape, cuja realidade é comum à maior parte de outros municípios brasileiros, revela que tal projeto apresenta uma tecnologia social replicável em outros municípios pelo seu caráter emancipatório e de cidadania ativa.

Através da observação participante, pude perceber que o programa tem como base teórico-conceitual a metodologia de Educação popular e Formação Humana do educador Paulo Freire, com relevância aos aspectos da dialogicidade, dos temas geradores, a desopressão e a consciência social transformadora, aplicados no contexto do estudo de linguagens das artes visuais, tradicionais populares que se interdisciplinam com a Museologia comunitária.

As capacitações que estão previstas nos três anos do projeto e seus desdobramentos: oficinas, palestras, intercâmbios, etc. contemplam uma ação arte-educativa popular e participativa, em que os jovens selecionados terão também a formação em cidadania, expressa na citação a seguir:

“(...) a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Antes de ler a palavra, se lê o mundo através de gestos, olhares, expressões faciais, do cheiro, do tato, do olfato. Como qualquer leitura é uma produção de sentido, os alunos procuram criar sentidos para o mundo que o rodeia. É no contato com 'outro', e com o 'mundo' que são construídos símbolos, inicialmente muito singulares e próprios até chegarem a se construir em significados compartilhados socialmente”. (FREIRE, 1980).

O projeto de formação de Agentes Jovens do Patrimônio Cultural – Ponto de Cultura - financiado pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT), capacitará jovens entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, que já integravam a equipe de condutores culturais do Ecomuseu de Maranguape, desde a sua criação no ano de 2006. Além deste público-alvo, o projeto de Formação também envolverá toda a comunidade através da multiplicação destas capacitações como parte do estágio dos jovens, a serem realizado posteriormente como prevê na ementa das mesmas.

Está previsto neste projeto de formação que as capacitações integrem os currículos escolares dos participantes que ainda são alunos da rede pública municipal de educação, o que, certamente, enriquecerá o histórico escolar, facilitando ao egresso uma melhor colocação no mercado de trabalho.

Entendo os processos formadores como integrantes da dinâmica social, ou seja, estamos constantemente envolvidos em geração, absorção e fruição de informações e conhecimentos. Tal caráter faz com que reconheçamos a importância de contribuirmos e qualificarmos as condições de garantia dos direitos da infância e da adolescência.

3.2. Protagonismo jovem e participação política: um lugar no Conselho Municipal do Patrimônio Cultural

Através da observação participante no processo de implementação do projeto social Ecomuseu de Maranguape, teve-se a oportunidade de colaborar com a elaboração e realização, no ano de 2009, da primeira Conferência Jovem do Patrimônio cultural com o objetivo de deflagrar no município a criação de um conselho de políticas públicas voltado para esse setor e para este segmento sociocultural, sendo esta ação pertencente aos objetivos do programa de formação de agente jovem do patrimônio cultural – Ponto de Cultura a ser desenvolvido durante 03 (três) anos.

A Conferência distrital contou com a participação de representantes da comunidade como lideranças, instituições governamentais e não-governamentais e iniciativa privada, elegendo os jovens como delegados representantes da comunidade para este setor.

Para os anos seguintes do programa de formação de agentes jovens do patrimônio cultural, ou seja nos 2º e 3º anos – 2010 e 2011 – a previsão será para ano de 2010 de promover a implementação no município de Maranguape, mobilização para a realização de uma conferência municipal de patrimônio cultural e concomitantemente a articulação com mais outros 02 (dois) municípios vizinhos – componentes da Área de Proteção Ambiental Serra da Aratanha – para a realização desta mesma mobilização da juventude pela conservação do patrimônio cultural e ambiental desta região.

3.3. Projeto de formação de agentes jovens do patrimônio cultural: uma avaliação dos resultados do 1º ano do Ponto de Cultura

Percebe-se que o projeto Ecomuseu de Maranguape através da museologia comunitária desenvolve um tipo de protagonismo cultural voltado para a formação de jovens, para a cidadania iniciada pelo conhecimento e valorização do território nas dimensões simultânea do local e global, constituindo nos participantes do projeto, novas formas e sentidos de percepção do território. Estas novas territorialidades (como os participantes agora passam a compreender melhor o processo de produção e as relações de poder do e no espaço), considerando as rugosidades impressas no espaço, podem denotar as novas relações entre a dinâmica social e o desenvolvimento local sustentável, mediadas pelos princípios da nova museologia comunitária.

A construção das novas territorialidades, pela interação do conceito de Ecomuseu e protagonismo jovem vem pela renovação/transformação do jogo das relações de poder primeiramente da própria comunidade local e depois espraiando-se para seu entorno por meio da multiplicação. Estas mudanças contêm no seu cerne a inclusão de novos atores sociais, a qualificação dos mesmos, a participação social e, conseqüentemente, a promoção e a universalização da cidadania local.

Estas considerações estão sendo também balizadas por meio dos resultados – que tivemos acesso - dos instrumentos de acompanhamento e avaliação⁶ do desenvolvimento dos participantes e do questionário que aplicamos com os integrantes do presente programa de formação deste Ponto de Cultura.

Mais direcionado a presente pesquisa, optou-se por avaliar os resultados de modo a combinar as respostas por blocos de categorias de avaliação, sendo o questionário dividido em 03 (três) partes, a saber: avaliação geral, avaliação dos relacionamentos e as

⁶ Observou-se que a coordenação do Ponto de Cultura possui uma metodologia de acompanhamento e avaliação dos participantes que objetiva promover o exercício da participação e mobilização social, por meio de espaços de vocalização das reuniões do projeto e de uma ficha de acompanhamento.

questões gerais - foram aplicados em 30 (trinta) jovens do projeto na faixa etária entre 12 e 25 anos, e a análise dos dados apontam na direção que as atividades desenvolvidas neste 1º ano do programa de formação do ponto de cultura proporcionou aos jovens, uma maior capacitação do senso crítico e a melhora da auto-estima dos mesmos, mas também mostrou que um percentual significativo dos participantes do ponto de cultura apresentam dificuldades em se expressar através da linguagem escrita, fato que deverá ser considerado como um desafio a ser mitigado pelo projeto no sentido do mesmo chegar suficientemente aos objetivos do programa de formação.

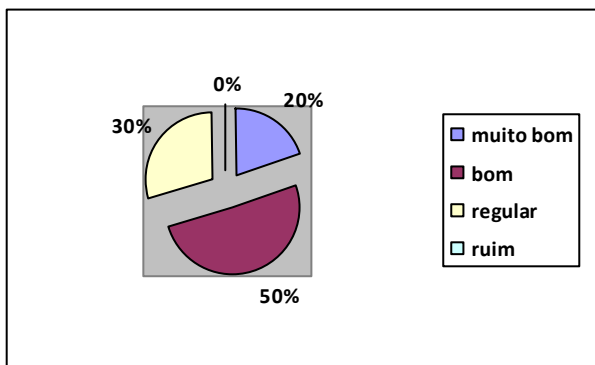
Constatou-se também que atividades relativas a educação patrimonial como à identificação e o levantamento (segundo os princípios da nova museologia) do patrimônio cultural do município de Maranguape, acrescido da pesquisa anterior quanto ao patrimônio cultural do distrito de Cachoeira, bem como sua socialização através de oficina de repasse – funcionou como instrumental pedagógico para reforçar as atitudes positivas relatadas no parágrafo anterior.

A compilação e a análise dos dados, nas perguntas propostas, como veremos a seguir, foram baseadas em questões cujas respostas foram do tipo múltipla escolha e de respostas abertas/subjetivas, sendo que o segundo tipo teve um percentual considerado elevado dos que não souberam ou não quiseram responder.

A primeira parte do questionário, relativa à avaliação geral, considerou como boa a qualidade dos conteúdos e dos materiais didáticos, mas também se destaca o percentual que considera o desempenho regular de tais quesitos. Possivelmente o projeto deverá observar esta avaliação na redefinição do nível de abrangência e profundidade das abordagens nas oficinas e material didático das mesmas.

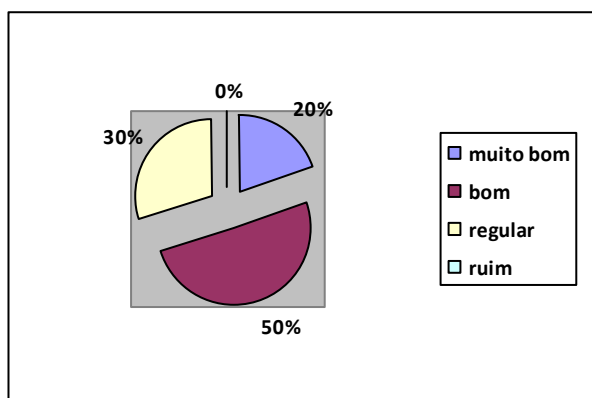
1) Como você avalia os conteúdos passados nas atividades?

muito bom bom regular ruim



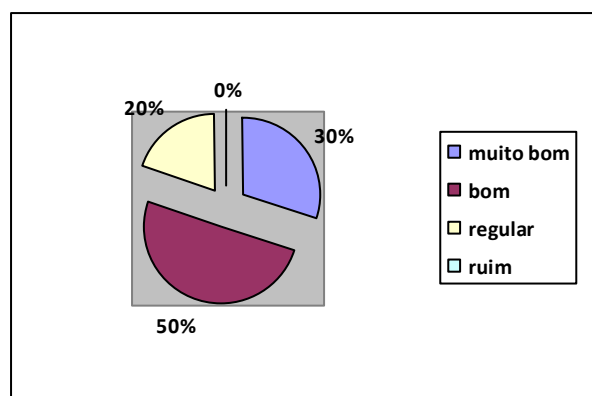
2) Como você avalia a palestras e oficinas ?

muito bom bom regular ruim

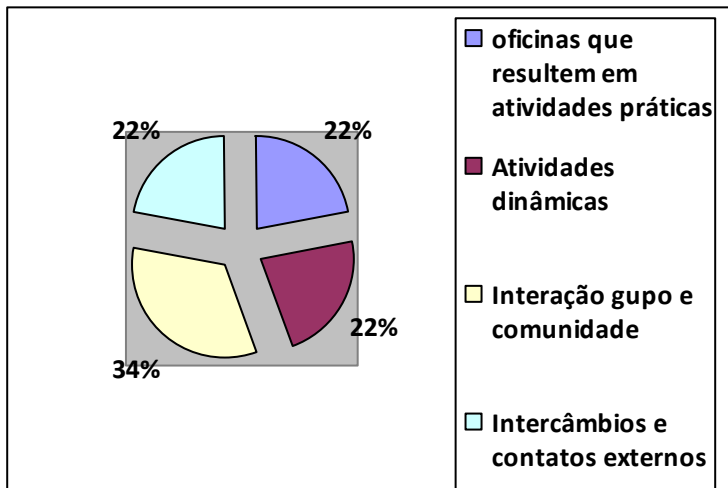


3) Como você avalia as atividades práticas (exercícios, dinâmicas, visitas técnicas etc.)?

muito bom bom regular ruim

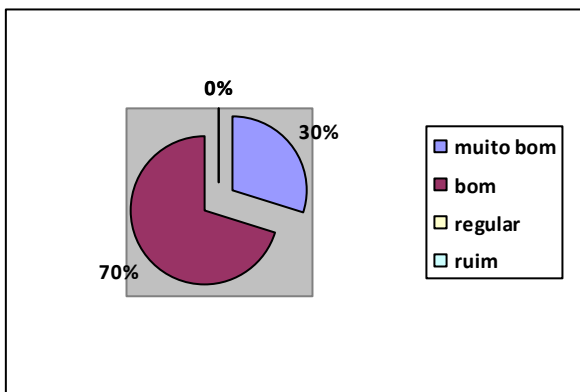


4) O grupo levantou constantemente o desejo de atuar de forma prática. Como você sugere que isso possa acontecer. De que maneira você gostaria de atuar de forma prática?



5) Como você avalia o material didático (filmes, vídeos, textos, mapas, folders etc.)?

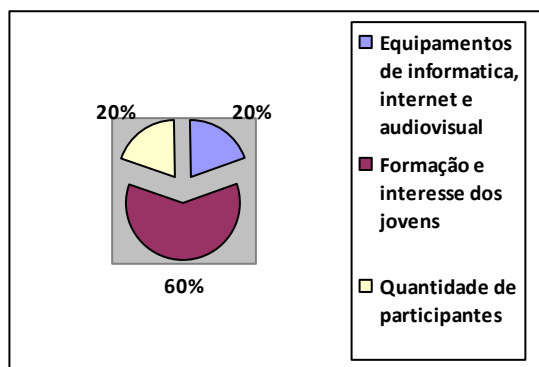
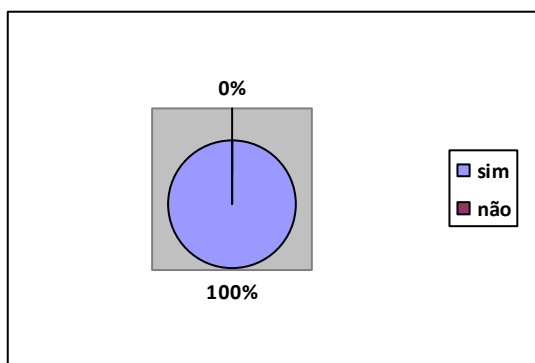
() muito bom () bom () regular () ruim



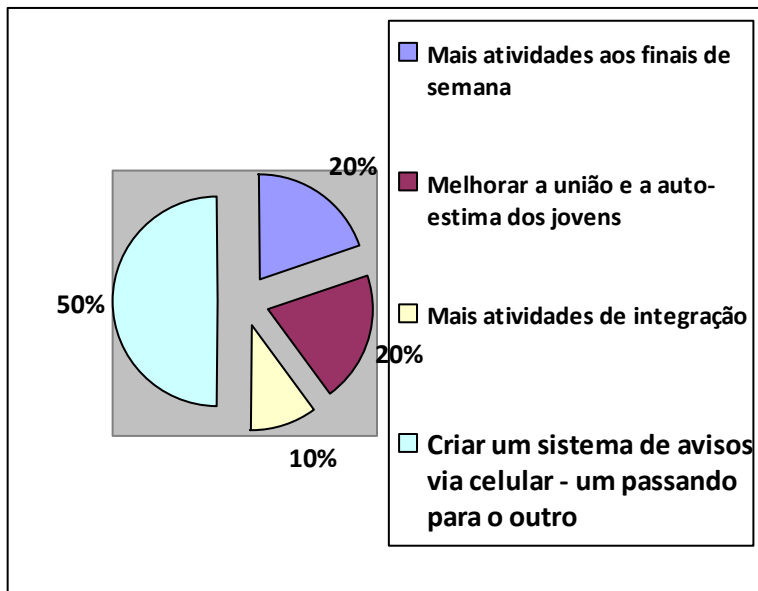
6) Você notou alguma mudança neste ano de 2009 para os anos anterior?

() Sim () Não

Se sim, qual ou quais?

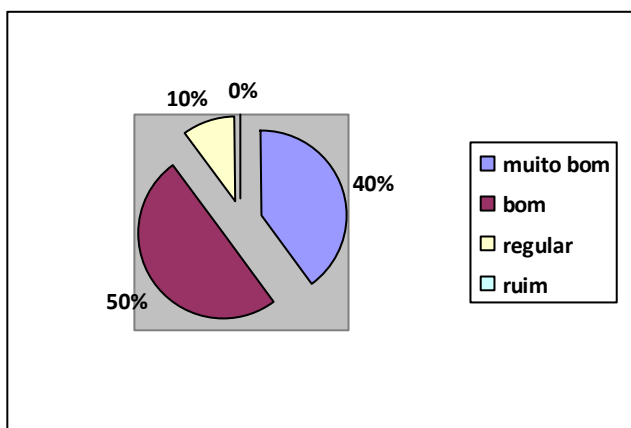


7) Na avaliação anterior foram apontados alguns problemas na comunicação do grupo. Como a falta de comunicação durante a semana afeta o seu desenvolvimento. O que você sugeriria para o aprimoramento das ferramentas de comunicação?



8) Como você avalia o trabalho da coordenação do projeto?

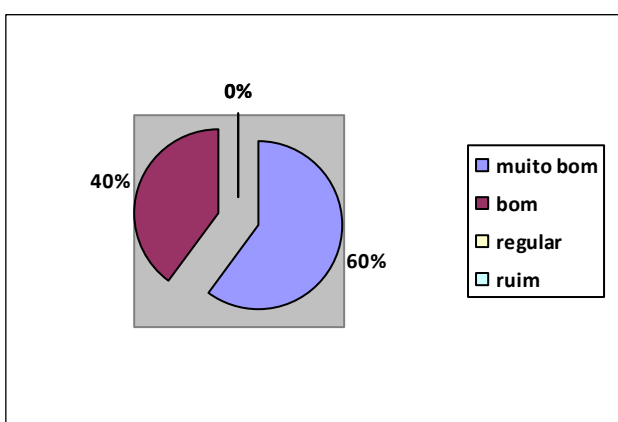
() muito bom () bom () regular () ruim



A segunda parte do questionário quanto os relacionamentos chamou atenção entre outros aspectos que os jovens consideram as atividades artísticas e de intercâmbio como muito importantes, como pode ser observado na questão 3, sinalizando que para o jovem a sua socialização é uma questão central em seu bem-estar e desenvolvimento, onde pode-se dimensionar este quesito como fundamental no êxito em projetos sociais desenvolvidos com as juventudes.

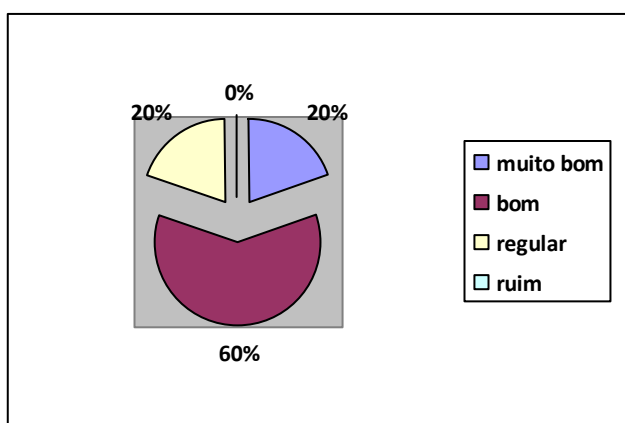
1) Como você avalia a sua relação com as coordenadoras do projeto?

muito bom bom regular ruim

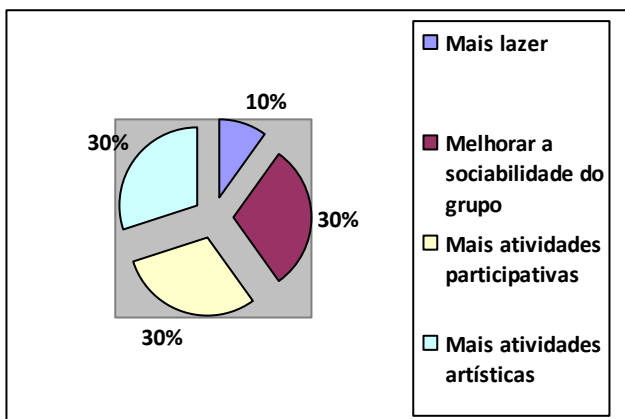


2) Como você avalia a sua relação com os outros integrantes?

muito bom bom regular ruim

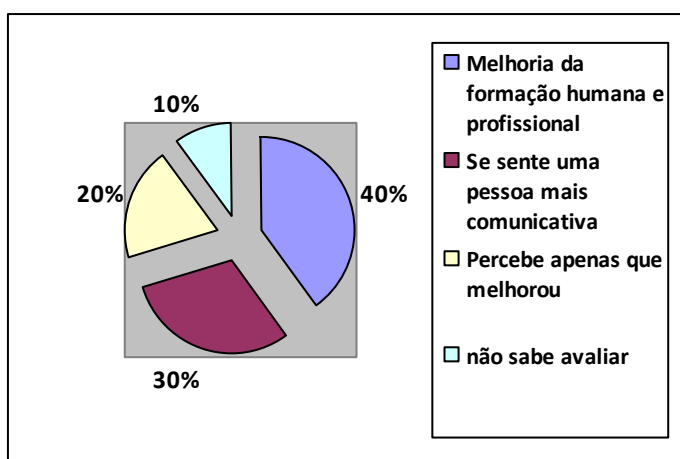


3) Em alguns momentos do curso foi apontado pelo grupo o desejo de se encontrar mais e interagir. Na sua opinião, como isso poderia acontecer?

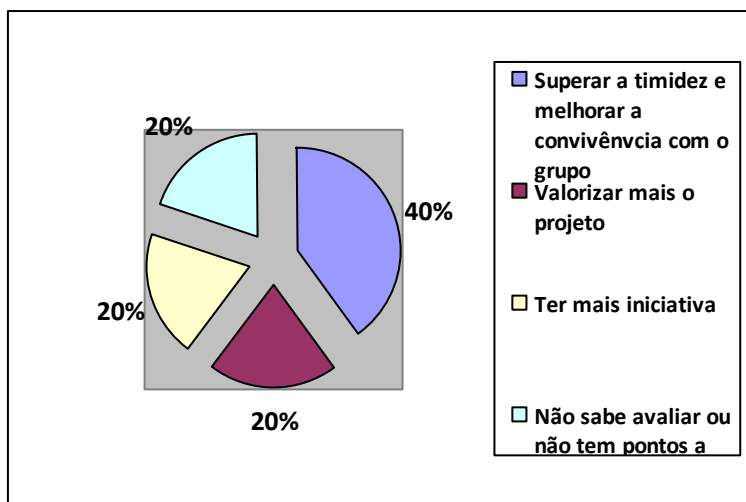


Na terceira parte do questionário quanto as ‘outras questões’ que são relativas à auto-avaliação e progresso da formação pessoal dos participantes, pode-se notar que mesmo as questões anteriores apontarem uma melhoria na auto-estima, um percentual acentuado dos jovens entrevistados entendem a timidez como um problema a ser superado - reforçando a resposta da questão 1, quanto aos pontos relevantes em seu progresso pessoal no projeto, qual seja, que para uma boa formação humana e profissional, o jovem considera que a timidez é um obstáculo.

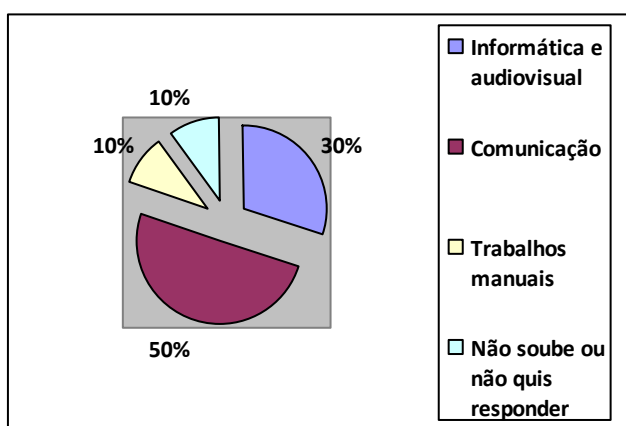
1) Como você avalia o seu progresso no projeto? Liste alguns pontos que você considere relevantes.



2) Pense nos objetivos do Projeto. Agora liste os principais pontos que você acredita que precisa aprimorar em você para um melhor desempenho no desenvolvimento do projeto:



3) Agora pense nas suas habilidades, sejam elas de qualquer natureza. Liste-as:



Conclusão

Por meio do estudo de caso realizado com o projeto social Ecomuseu de Maranguape, localizado na comunidade rural de Cachoeira, município de Maranguape, estado do Ceará, verificamos que o programa de formação de Agentes Jovens do Patrimônio Cultural está gerando uma transformação da juventude do distrito de Cachoeira, no sentido de desenvolver com os mesmos um maior interesse a questões ligadas ao desenvolvimento local de forma sustentável.

Demonstraram também que a maior parte dos jovens adquiriu mais facilidade de verbalização e vontade de participar de mobilizações na comunidade e no município de forma geral. Esta mudança positiva na atitude dos jovens participantes do projeto em relação à participação institucionalizada deveu-se, segundo apuramos nas entrevistas, ao conhecimento e às atividades ligadas ao patrimônio cultural.

A análise dos resultados da pesquisa quantitativa identificou como fato relevante o elevado percentual de respostas em branco em todas as questões abertas do questionário - as respostas subjetivas deveriam ser descritas – demandavam uma pequena produção textual – isso reforça o papel fundamental da educação quanto da construção de equidade social.

Quanto à contribuição das atividades de conservação do patrimônio cultural, percebe-se que a perspectiva da nova museologia, cuja centralidade encontra-se no sujeito e não do objeto, o patrimônio cultural, como parte integrante do território, permite que o jovem, pela identificação com seus pares, veja também as diferentes diferenças fazendo surgir novos sentidos, novos olhares. Em uma frase, novas relações de alteridade.

Tais relações de alteridade permitem, sobretudo, que o jovem estabeleça novas identidades com seu território, com sua realidade e assim, protagonize as mudanças necessárias em seu meio social.

A partir das novas territorialidades, amplia-se ainda a cidadania ativa de forma que a comunidade passe a criar as condições necessárias – social, econômica, cultural e ambiental – ao desenvolvimento local sustentável.

Bibliografia

ARROYO, Miguel G. **Educação e exclusão de cidadania**. In: *Educação e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1987.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996. Capítulo 5.

_____. **“Teoria democrática e deliberação pública”**. Lua Nova, São Paulo, v. 49: 25-46, 2000.

_____ e SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para ampliar o cânone democrático**. Disponível em www.eurozine.com.

BECKER, Luzia C. Costa. **Tradição e Modernidade**: o desafio da sustentabilidade do desenvolvimento na Estrada Real. Tese (doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nov. 2009.

Boylan, Patrick J. **Como gerir um museu**: manual prático. In: Conselho Internacional de Museus (ICOM). 2004.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal.

CLAVAL. Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999. 453p.

DAGNINO, Evelina. (org.). **Sociedade civil e Espaços Públicos no Brasil**. Ed. Paz e Terra. Capítulo 1 e 8. 2002

DAYRELL, Juarez e GOMES, Nilma Lino. **Juventude no Brasil: questões e desafios**. 2008 mimeo.

_____. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p.40-53, set/out/nov/dez 2003.

FARIA, Claudia Feres.. **Os determinantes da efetividade democrática da participação social**. Texto escrito para a disciplina Democracia Políticas públicas e participação. 2008

_____. **Sobre os determinantes das políticas participativas**: a estrutura normativa e o desenho institucional dos Conselhos Municipais da Saúde e de Direitos da Criança e do Adolescente no Nordeste. In: Avritzer, L. (org.) 2007. A participação social no Nordeste. Ed. UFMG. 2008.

FERNANDES, Florestan (Coord.) & ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). **Élisée Reclus: Geografia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 49. São Paulo: Ática, 1985.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1992.

_____. Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, J., **As culturas brasileiras da participação democrática**. In: AVRITZER, L. (Org.) **A Participação em São Paulo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

HERMANNNS, Klaus. MACÊDO, Miguel. **Agenda 21 local: Experiências da Alemanha, do nordeste e norte do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000. 210p.

MORALES, Tereza Lersch. **A Concepção do museu comunitário: historia vivente ou memória para transformar a historia**. Tradução de OM Priosti. *Jornal Quarteirão*, Rio de Janeiro, maio/jun. 2008. p.15.

PRIOSTI, Odalice; VARINE, Hugues. **O novo museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários**. Texto publicado na I Jornada de Formação em Museologia Comunitária. Rio de Janeiro. 2009.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Museu, Escola e Comunidade: uma integração necessária*. Salvador: Bureau Gráfica Editora, 1987, 215p. (patrocínio do Ministério da

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**. Ed. Vozes. 1979

_____. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977, p. 81- 99.

SPOSITO, Marília. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação**. *Revista Brasileira de Educação*. ANPED, n 13, 2000.

VARINE, Hugues. **O lugar da comunidade no museu: uma troca de serviços**. In: CONGRESSO DE MUSEUS ITALIANOS. Verona. 2007.